



Educação mais inclusiva

Acessibilidade Docentes da UFRGS e do IFRS se unem para universalizar a leitura, contemplando alunos com diferentes necessidades

Quando Alessandra Maria Cantoni tinha cinco anos, sua professora da pré-escola percebeu que ela precisava se aproximar para conseguir ler o quadro. Recomendou aos pais da estudante uma consulta ao oftalmologista, que atestou: de fato, a menina tinha miopia, que foi crescendo junto com ela. Aos seis anos era de grau 2, aos oito de grau 10 e chegou aos 24 anos com 17 graus em cada olho. Nessa época, tal condição resultou no descolamento de retina, causando a perda da visão de um dos olhos, o que redundou em cegueira completa sete anos depois.

“Dizem que o chamado luto pela cegueira dura cinco anos, e foi mais ou menos o tempo que eu levei para começar a pensar no que faria da vida depois que fiquei cega.” Em 2008, ingressou no curso técnico em Biblioteconomia, na então Escola Técnica da UFRGS, que posteriormente foi incorporada ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Adaptando-se a uma nova perspectiva de vida e estudos, Alessandra conheceu as professoras Lizandra Estabel, do IFRS, e Eliane Moro, da UFRGS, que, ao se dedicarem ao estudo e à inovação da leitura inclusiva, criaram o grupo LEIA (Leitura, Informação e Acessibilidade).

Alessandra as reconhece como determinantes para a guinada que ocorreu em sua vida. “Fui aluna da professora Lizandra, e ela nos trazia para o auditório da Fabico [Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS] para assistirmos a palestras da graduação. E elas são um divisor de águas na minha vida, porque sempre trabalhei em bibliotecas, mas uma coisa é trabalhar com todas as condições físicas e outra é ter que fazer as mesmas atividades sem ver. Quando surgiu uma vaga para PcD (Pessoa com Deficiência) em um colégio, eu não me sentia preparada, achei que não conseguiria trabalhar sozinha. Mas elas me deram força, e fiquei quatro anos estagiando lá”, conta.

Com o tempo, adaptou-se à condição e conseguiu enfrentar desafios ainda maiores. Hoje é servidora pública na FASE (Fundação de Atendimento Sócio-educativo

do RS), onde, além da deficiência visual, precisou vencer o preconceito. “O quadro de funcionários não me aceitou muito bem quando cheguei. Só faltavam dizer: ‘O que essa louca quer aqui? Por que o Ministério Público mandou uma cega pra cá?’”, lamenta. Mesmo assim trabalha com os internos, nenhum deles com deficiência, desde 2014, ministrando uma oficina de leitura.

Extensão – As ações do LEIA frequentemente conciliam o trabalho da leitura inclusiva com a melhora da autoestima dos alunos. Um dos projetos de pesquisa do grupo, por exemplo, leva estudantes para a Casa Lar do Idoso Cego, onde eles desenvolvem atividades de contação de histórias e de música, além de fazer companhia aos residentes. “A pesquisa sobre essa proposta deu origem ao *Criarte*, um projeto de extensão em que os estudantes de Biblioteconomia estimulam, por meio dessas contações de histórias, as memórias e narrativas pessoais dos idosos. Depois, os relatos serão transcritos e levados a crianças de uma creche para que elas façam ilustrações táteis a partir dos textos, usando material reciclável. Posteriormente, essas ilustrações serão entregues aos idosos”, conta a professora Eliane. A iniciativa aborda, além da questão visual, a inclusão dos idosos, já que “temos uma população cada vez mais envelhecida, e muitos dos idosos em nossa sociedade são solitários”, comenta a professora. O trabalho será apresentado em novembro, em um congresso sobre universidades públicas no Chile.

Em outra iniciativa, o projeto *Cor@gem* (‘cor’ de ‘coração’ e ‘agem’ do verbo ‘agir’) estimula adolescentes portadores de fibrose cística a desenvolverem um jogo virtual com ganho duplo: enquanto praticam as habilidades sociais, algo que fica prejudicado, pois muito cedo são aliados dos espaços de

convívio, como a escola, também ganham em valorização da própria identidade, como atesta a professora Lizandra. “Tivemos a ideia de convidá-los a criar o roteiro de um jogo de RPG [role playing game] como forma de incentivar a leitura. E observamos que eles incluíram, espontaneamente, personagens que possuem fibrose cística. A partir dessa mediação, notamos uma mudança no comportamento, porque antes eles não queriam ser vistos nessa condição de pacientes em um hospital. Depois, passaram até a postar fotos em redes sociais estando internados”, relata. O reflexo se dá em vários aspectos, melhorando a qualidade de vida, a socialização e também a resposta física e a aceitação do tratamento.

“...muitas vezes, quando o estudante chega ao ambiente, a Universidade e o professor não estão prontos para recebê-lo...”

Eliane Moro

Inclusão – A procura pelos encontros de leitura inclusiva promovidos pelo LEIA, que teve a quarta edição no início de outubro e foi um dos oito premiados do 20.º Salão de Extensão, é um dos indicadores da importância do tema, como aponta a professora Lizandra: “Nesta edição tivemos 180 inscritos nos dois primeiros dias, sendo

que a capacidade do auditório é de 150 pessoas”, comemora. Eliane complementa: “A demanda sempre existe, muitas vezes a Universidade vai atrás para atender o aluno com necessidade especial depois que ele chega, e aí pode ser tarde demais. Na verdade, tem que se adequar antes para estar preparada quando for necessário. Na UFRGS temos o INCLUIR (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade), que é nosso parceiro, mas acho que a Universidade nunca está pronta da forma como deveria. Então, muitas vezes, quando o estudante chega ao ambiente, a Universidade e o professor não estão prontos para recebê-lo, e isso é um trabalho de alteridade, de, por exemplo, o professor reavaliar seu processo pedagógico e conseguir dar uma aula inclusiva”.

A repercussão do trabalho, nos seus diversos âmbitos – extensão, pesquisa, ensino e inovação –, pode ser uma ferramenta importante para chamar a atenção da sociedade no sentido de valorizar não apenas a leitura inclusiva, como a própria leitura, atesta Eliane. “Temos, em âmbito estadual, por exemplo, uma legislação que prevê que toda escola deve ter uma biblioteca, e o acervo deve ser de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado. Mas, além de não haver acervo, algumas fecham as portas, ou o atendimento é precário. A lei diz que até 2020 essa obrigação deve estar implementada, e os governantes se apoiam nesse viés de que ‘até 2020’, mas não precisa ser ‘em’ 2020, o ideal seria que já tivéssemos cumprindo essa lei. Me preocupo muito ao ver que o foco maior das políticas públicas hoje é a construção de presídios e o desmantelamento de escolas. Pra onde a gente vai assim?”, lamenta.

Emerson Trindade,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Roberta Nunes participa do 4.º Encontro de Leitura Inclusiva promovido pelo grupo LEIA na UFRGS



UFRGS TV

CONHECENDO A UFRGS

Sobre as armas

É direito do indivíduo portar uma arma de fogo para sua defesa pessoal? Afinal, o Estado nem sempre é capaz de combater os altos índices de criminalidade. Ou seria melhor a proibição generalizada? Pois quanto maior a circulação, maior a chance de as armas caírem em mãos erradas. Controle do Estado ou autonomia do indivíduo, o que é mais importante? A questão não é tão simples. Para além das polarizações que surgem nesse debate, existem mais nuances do que se supõe. Há em diversos grupos da sociedade uma preocupação séria com a segurança pública, cada um com uma perspectiva diferente.

Com o objetivo de contribuir para essa discussão, a UFRGS TV foi em busca de pesquisadores e representantes de diferentes esferas da sociedade que pensam e discutem a segurança pública, entre os quais alguns têm contato direto com armas de fogo. Daí surgiu o programa Multiponto - Armas e Segurança, que abordará as regulamentações no Brasil, como o Estatuto do Desarmamento e os decretos sancionados este ano, além de questões muito maiores que envolvem a segurança – como o papel do Estado e o fetiche pelas armas, por exemplo.

Na avaliação do policial civil do Rio Grande do Sul Leonel Radde, “a proliferação de pessoas portando armas seria a proliferação também de furtos, de perdas, e entraria na mão da criminalidade com mais facilidade do que a gente já tem”. Para o grupo Armas pela Vida, é direito do ‘cidadão de bem’ se armar para se proteger da mesma criminalidade. Independentemente das opiniões e percepções sobre o uso de armas, constata-se a importância de se ampliar o debate sobre a segurança pública que temos e aquela que almejamos ter.

Vinicius Rodrigues Dutra,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

O programa Multiponto - Armas e Segurança vai ao ar no dia 22 de novembro, às 23h, na UNITV, canal 15 da NET Poa, e também pode ser assistido ao vivo: unitv.tv.br